

eleição eua - 2



Mais à droite, volver!

Bush estimulou, mas não criou a onda conservadora na qual embarcou para se reeleger: ela já dura quatro décadas e vem crescendo lentamente. Apesar de marcante, sua vitória não significa que ele terá as mãos completamente livres para gastar o capital político que acumulou: os problemas que afligem a economia dos EUA podem se tornar mais sérios e desarmar os planos do presidente americano

Armando Sartori

O jornalista e professor da Universidade de Chicago Thomas Frank tornou-se uma voz importante na análise dos resultados da eleição presidencial americana porque, meses antes, lançou um livro em que analisa o comportamento dos eleitores do Kansas, seu Estado natal. Na obra Frank diz que eles se deixam levar por questões morais e culturais nas eleições, mesmo que isso contrarie seus interesses econômicos – justamente o que teria ocorrido no início de novembro, quando da vitória do presidente George W. Bush.

Mas, surpreendentemente, em entrevista a *O Globo*, Frank disse que os republicanos não ganharam a eleição “apenas por causa das questões culturais e morais”. “Acho que os democratas não enfatizaram como deveriam as questões econômicas. Aliás, os democratas não vêm dando ênfase à economia há muito tempo”. Ele também discordou da idéia de que a reeleição de Bush tenha marcado uma profunda divisão, criando “duas Américas”, embora reconheça que “o 11 de Setembro foi muito chocante, deu combustível para a virada à direita”. “Mas esse movimento, tenho que enfatizar, vem acontecendo há muito tempo, desde o final dos anos 1960”. Para ele, “essa separação cultural é imaginária, é exagerada”. “Acho que a grande divisão é mesmo entre classes sociais; esta é enorme. O resto é uma maneira de falar sobre classes sem falar em economia”. Exagerada ou não, ficou claro que há uma cisão entre os americanos – o problema parece ser dimensionar sua extensão e profundidade. Bush sabe disso: logo após a eleição, disse que iria tentar ganhar o apoio dos eleitores de seu adversário, o democrata John Kerry. Mas ele também sabe que se saiu bem na disputa – acumulou um “capital político”, como disse, e pretende gastá-lo nos próximos quatro anos. Até

que ponto isso será possível é o problema.

Se dependesse somente do que obteve nas urnas, Bush estaria muito bem. Embora não tenha vencido por uma diferença muito grande de votos – apenas 3% – ele deu um belo salto em relação à eleição de 2000, quando tomou posse praticamente desmoralizado: perdeu no voto popular e teve uma vitória muito contestada pelos democratas na Flórida, Estado dirigido por seu irmão. Neste ano, ele ganhou no voto popular – teve 59,2 milhões de votos, contra 55,8 milhões de Kerry – e conquistou a maioria dos delegados do Colégio eleitoral sem maior dificuldade. E ainda por cima na eleição que mais mobilizou os americanos nas últimas décadas.

Pregação enfática Entender como se deu a vitória republicana é uma forma de compreender o que acontece nos EUA e o que pode vir a suceder com a superpotência planetária. Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* logo após a eleição, o historiador brasileiro Boris Fausto disse que o que prevaleceu na campanha “foi o tema da ameaça terrorista e a transformação da luta contra o terror em guerra contra um inimigo oculto”. Fausto destacou um aspecto muito importante: disse que esse sentimento foi despertado por uma combinação de ações do governo Bush, “por meio de uma enfática pregação e pressões de toda ordem, com o apoio de uma mídia convencida ou atemorizada”.

Um indício dos efeitos desse trabalho, que começou logo após o 11 de Setembro, pode ser visto na alteração, não muito grande, é verdade, mas ainda assim importante, da forma como os americanos se enxergam. Na eleição anterior, pesquisas de boca-de-urna indicaram que metade dos votantes se disseram politicamente moderados e 29%

conservadores. Nesta, a participação dos que se auto-classificaram como moderados recuou para 45% e a dos que se vêem como conservadores avançou para 33%. Os republicanos exploraram eleitoralmente melhor essa mudança – concentrando boa parte dos esforços na mobilização de suas próprias bases. Já os democratas depositaram grande esperança na tática de registrar eleitores novos, pessoas que nunca tinham votado antes. Tiveram algum sucesso: pesquisas mostraram que eles ganharam entre os novatos, por 54% a 45%. Mas isso pesou pouco no geral, já que os calouros representaram somente 11% dos votantes. Kerry também ganhou entre os jovens (com idade entre 18 e 29 anos) – aí, coincidentemente, ele bateu Bush pelos mesmos 54% contra 45%. Mas, de novo, isso foi insuficiente. Primeiro, porque essa faixa etária representa apenas 17% do total dos votantes. E depois, porque em todas as demais faixas ele perdeu.

Um dado significativo para explicar a derrota de Kerry é que ele foi menos apoiado pelos democratas do que Bush pelos republicanos: 84% dos que se identificaram como democratas disseram ter votado em Kerry, enquanto os republicanos votaram em Bush mais decisivamente – 93%. Esses números se voltaram contra as pretensões de Kerry principalmente porque enquanto há quatro anos os eleitores democratas superavam os republicanos por quatro pontos percentuais (39% a 35%), desta vez houve empate, em 37%.

O genial Karl Rove Para mobilizar suas bases, os republicanos se apoiaram numa rede de voluntários locais. Mas, diferentemente dos democratas, que fizeram isso em boa parte indiretamente, com o auxílio de grupos independentes, a campanha republicana centralizou o comando dessas operações. Para isso, utilizou listas de eleitores, fornecidas pelos órgãos públicos a todos os partidos. “Aí entra o gênio de Karl Rove, o guru político de Bush”, explicou o jornalista Toni Marques em artigo de *O Globo*. “Dispondo dos mesmos dados que os democratas acerca da demografia, ele e o comando da campanha republicana estabeleceram metas de comparecimento às urnas para cada uma – repetindo, cada uma – das 193 mil seções eleitorais do país”. Assim, Rove mobilizou um estrato do eleitorado que se mostrou importantíssimo para a vitória de Bush: os evangélicos. Ele concluiu que na eleição de 2000 cerca de 4 milhões de evangélicos simplesmente não votaram e trabalhou para tirá-los de casa no dia da eleição. O resultado é que entre cada dez brancos que se declararam evangélicos (cerca de 23% dos que votaram), o candidato republicano foi apoiado por nada menos do que oito. Estima-se que isso tenha significado algo como 3,5 milhões dos 9 milhões de votos que Bush recebeu a mais neste ano em relação a 2000.

Não se pode, no entanto, atribuir só a esse esforço o resultado da eleição presidencial. Quando se observa o comportamento dos católicos, 27% dos que foram votar em 2 de novembro, fica claro que a vitória de Bush necessita de uma explicação mais geral. O presidente obteve aí 52%



Manifestantes pró e contra o casamento gay em Boston (29/3/2004): caiu a menos da metade a proporção de eleitores preocupados com os valores morais

dos votos, contra 47% dados a Kerry, um resultado difícil de os republicanos obterem nas campanhas presidenciais. Pode ter contribuído para isso o fato de o apoio a Bush ter crescido entre os católicos hispânicos – de 31% em 2000 para 42% neste ano.

Uma explicação mais razoável para a vitória republicana é que, embora a tenha estimulado, Bush não criou a onda conservadora na qual embarcou. Isso é consistente com um estudo do Pew Research Centre, citado pela revista britânica *The Economist*, que indica que a quantidade dos que “concordam fortemente” com aspectos centrais do dogma cristão cresceu substancialmente entre 1965 e 2003. Em outras palavras: aumentou o número de americanos que acreditam que conceitos como bem e mal têm linhas claras de separação e que essas fronteiras podem ser estabelecidas em quaisquer circunstâncias. A revista menciona ainda outro dado que reforça essa impressão, ao comparar resultados obtidos em pesquisas do instituto Gallup, realizadas nos anos 1960 e mais recentemente: há 40 anos, mais da metade de todos os americanos pensavam que as igrejas não deveriam se envolver com a política; agora, mais da metade acha o contrário. O resultado da eleição deste ano, portanto, pode ter sido mais um passo na guinada à direita que os americanos deram há cerca de quatro décadas, como disse Thomas Frank.

Fora da pauta Mas, por que os aspectos ideológico-culturais parecem ter prevalecido na disputa deste ano? Na verdade, há um exagero nessa avaliação. Os que disseram preocupar-se principalmente com os “valores morais” correspondem a 22% dos votantes, apenas 2 pontos percentuais a mais que a fatia daqueles que citaram a economia e 3 pontos acima dos que mencionaram o terrorismo. Tendo em conta que as pesquisas de boca-de-urna não são muito acuradas, poder-se-ia dizer que hou-

ve empate técnico. A revista *The Economist* chama a atenção, ao mencionar esses números, que os 22% mais preocupados com a moral são uma parcela muito menor do que o foram nas duas eleições presidenciais anteriores, em 2000 e 1996. Nessas ocasiões, 35% e 40%, respectivamente, colocaram assuntos éticos ou morais no topo de suas prioridades, e 14% e 9% disseram que o aborto estava em primeiro lugar (opção que não apareceu em 2004). Somando os resultados das duas respostas, conclui-se que nessas eleições um em cada dois eleitores tinham como principal preocupação questões morais – contra apenas um em cada cinco neste ano.

Mas, por que mais gente não manifestou preocupação quanto à economia? Além da falta de empenho dos democratas, apontada por Frank, a resposta talvez esteja em que a situação não seja percebida de forma tão perversa por boa parte da população americana. É provável, por exemplo, que este ano se encerre com uma alta de cerca de 4% do PIB, inflação baixa e crescimento dos investimentos. Na eleição isso teria se refletido no fato de que nos locais onde esse cenário é mais favorável, Bush ganhou. *The Economist* cita um estudo que aponta a existência de uma relação próxima entre crescimento demográfico e econômico, e a propensão de voto nos republicanos. Isso fez, por exemplo, com que Bush fosse bem votado até mesmo no interior da Califórnia (Estado tradicionalmente democrata), onde há um *boom* de crescimento. Segundo a revista, a maior parte da base eleitoral de Kerry está na parte dos EUA mais estagnada economicamente, em grandes cidades como Chicago, Cleveland e Boston, que estão perdendo população e empregos. O que será a economia americana nos próximos quatro

Funcionários retiram monumento sobre os 10 Mandamentos em tribunal do Alabama (27/8/2003): mais gente acha que o dogma cristão é central



Reuters

anos já é outra questão, que não fez parte da pauta central da campanha dos dois grandes partidos americanos. Os esforços da administração Bush para estimular a economia, além de insustentáveis, podem estar perdendo fôlego. Assim, é provável que o crescimento econômico caia nos dois próximos anos e que a inflação suba, ainda que moderadamente. Como compatibilizar tal situação com a política externa agressiva dos republicanos, com intervenções no Afeganistão e no Iraque?

Esse foi o tema de um seminário realizado após o pleito pelo American Enterprise Institute (AEI), centro do pensamento neoconservador, freqüentado por gente que é unha-e-carne com o presidente reeleito. Alguns dos principais analistas da organização traçaram um quadro bastante pessimista para a continuidade dos planos externos de Bush. Thomas Donnelly, por exemplo, ex-diretor da Lockheed Martin, empresa do setor bélico, disse que “os americanos decidiram na eleição por uma transformação no Oriente Médio e pelo papel de liderança dos EUA”. Mas, lembrou, “tudo isso custa dinheiro”. Segundo ele, é “muito improvável” que Bush aprofunde sua política contra os remanescentes do “Eixo do Mal”, Irã e Coréia do Norte, realizando contra esses países ataques preventivos. Isso porque faltam recursos militares e dinheiro.

Reuerl Gerecht, especialista em Oriente Médio, estimou que ocorrerá um “colapso” da estratégia militar dos EUA se o país não conseguir transferir rapidamente para os militares iraquianos a responsabilidade pela segurança no Iraque. “Vamos aceitar a Coréia do Norte e o Irã com armas nucleares ou vamos adotar os ataques preventivos? Isso vai depender de como as coisas evoluírem”, disse.

Unilateralismo em baixa Assim, Bush precisaria de uma solução que envolva dois aspectos: colocar de pé no Afeganistão e Iraque regimes relativamente fortes, de forma que possa retirar boa parte dos cerca de 150 mil militares empregados nesses países; e obter o apoio de outras potências para aliviar o peso – econômico e político – que recai sobre as costas dos EUA. É claro que quanto mais os regimes locais se mostrarem incapazes de se manter, mais ajuda Bush necessitará. E, nesse caso, mais concessões vai ter que fazer, especialmente aos europeus. Em outras palavras, o unilateralismo que cultivou no primeiro mandato pode sofrer mudanças, pelo menos de grau.

As dificuldades econômicas precisam ser avaliadas também num quadro mais amplo, que leve em conta os chamados déficits gêmeos, fiscal e em conta corrente, que afligem os EUA. No final de setembro passado, por exemplo, um mês antes de se encerrar o ano fiscal de 2003/2004, o déficit orçamentário dos EUA já estava acima de US\$ 436,9 bilhões, superando o recorde do ano fiscal de 2002/2003, de US\$ 374,3 bilhões. Foi o terceiro ano seguido de contas pesadamente negativas. E segundo o Comitê de Orçamento do Congresso americano, o déficit fiscal do país deve acumular cerca de US\$ 2,29 trilhões nos próximos dez anos.

Essa diferença entre a despesa do governo e sua arrecada-

ção vem sendo coberta principalmente pelos bancos centrais de países asiáticos, que adquirem dólares em grandes quantidades para conter a valorização de suas moedas e, assim, facilitar suas exportações, que têm justamente os EUA como grande freguês. Disso resulta o outro déficit, o da conta corrente americana, que atingiu ao longo dos 12 meses até agosto a casa dos US\$ 612 bilhões. Visto pelo avesso, o prejuízo em conta corrente significa um superávit de mesmo tamanho nas contas correntes de nove economias da Ásia: Japão, China e Hong Kong, Índia, Taiwan, Indonésia, Cingapura e Coréia do Sul.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo Rato, já disse que os déficits gêmeos representam uma ameaça à estabilidade da economia mundial e que há dúvidas quanto à possibilidade de sustentação dos rombos, que dependem de investimentos estrangeiros para financiá-los. A situação pode levar a uma desvalorização expressiva do dólar e a uma alta também expressiva dos juros nos EUA, afetando toda a economia mundial.

Esse não é um assunto sobre o qual exista concordância absoluta [sobre os limites políticos do poder americano, leia a seção Opinião, a partir da p. 40]. Há pontos de vista divergentes, entre os quais o de Richard Cooper, da Universidade de Harvard, para quem o déficit em conta corrente, de

Protesto em Rhode Island contra a instalação de empresas americanas no exterior (27/4/2004): apesar dos déficits gêmeos, a economia vai razoavelmente



menos de 6% do PIB americano, é algo perfeitamente suportável para a maior economia do mundo – segundo ele, mantido constante o déficit em torno de US\$ 500 bilhões anuais por um período em que o crescimento econômico anual médio seja de 5%, o buraco perderia muito de sua importância atual. Depois, disse ele, os países asiáticos que vem fechando as contas americanas não tem interesse em deixar de fazê-lo, investindo, por exemplo, em suas próprias economias, porque as consequências de um movimento desse tipo seriam uma recessão global.

O caso chinês O que Cooper parece não levar na devida conta é que problemas podem surgir independentemente da vontade dos dirigentes daqueles países. O caso da China é um bom exemplo. Esse país vem alcançando expressivos e contínuos resultados econômicos no último quarto de século. Nesse período, passou por profundas alterações sociais em tempo relativamente curto. Tudo isso sob condições bem mais controladas do que experiências vividas por países do Ocidente, como os próprios EUA, por exemplo.

Mas, apesar de todos os cuidados que tomam, os dirigentes chineses sabem que enfrentam limites. No primeiro semestre do ano passado um relatório produzido pelo governo alertava para uma situação “grave e sem precedentes” envolvendo 14 milhões de demitidos pelas estatais (mantidos por uma espécie de seguro-desemprego) e nada menos que 150 milhões de trabalhadores excedentes nas áreas rurais que almejavam morar nas cidades, além de dez milhões de jovens urbanos que alcançaram idade de trabalhar.

Em 2004 os chineses começaram a tomar providências com sentido aparentemente contraditório em relação a esse quadro: passaram a atuar para desaquecer sua economia, pois chegaram à conclusão que corriam o risco de perder o controle da inflação, especialmente porque há setores na produção que não conseguiriam responder adequadamente à demanda imposta pelo ritmo em curso. Em outubro passado, o Banco Popular da China (o banco central chinês) deu outro passo nessa direção: elevou os juros básicos pela primeira vez em nove anos, de 1,98% para 2,25% ao ano, explicitamente para segurar o crescimento econômico e a inflação.

As medidas adotadas pelos chineses podem não ter maiores efeitos sobre o esquema de sustentação do déficit em conta corrente dos EUA. Mas indicam que, a despeito da vontade dos líderes americanos – e eventualmente até mesmo da dos líderes estrangeiros – fatores políticos internos nos países asiáticos que fazem parte da lista dos principais contribuintes do balanço de pagamentos dos EUA podem fazer desandar o esquema. Se uma projeção desse tipo se transformará em realidade é algo a se ver. De qualquer forma, ela indica que os planos do presidente Bush para os próximos quatro anos podem se mostrar bem menos realizáveis do que ele deu a entender quando, ainda exultante pela vitória eleitoral, disse que era a hora de gastar o “capital político” que acumulara. ■